



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

Número do Processo: 34/22.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA DE ITBI POR PRAZO DETERMINADO APLICÁVEL EM SITUAÇÕES ESPECÍFICAS. OBEDIÊNCIA AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA. OBEDIÊNCIA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. CONSTITUCIONALIDADE. SUBSTITUTIVO.

## **1 – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de autoria do Prefeito que “DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE ALÍQUOTA DE ITBI POR PRAZO DETERMINADO APLICÁVEL EM SITUAÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

## **2 – FUNDAMENTAÇÃO**

### **2.1 – DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DO PROJETO**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 150, § 6º, estabelece que qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

Sendo assim, a proposição é materialmente constitucional, tendo em vista que observa este dispositivo, além de o assunto nela tratado não afrontar qualquer outro preceito ou princípio da Carta Magna.

### **2.2 – DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA LEGISLAR ACERCA DO TEMA**

Segundo Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo, “a repartição constitucional de competências é a técnica utilizada para distribuir entre as pessoas



políticas de um Estado do tipo federativo as diferentes atividades de que ele é incumbido”<sup>1</sup>. Esta foi a maneira encontrada a fim de que houvesse um certo grau de equilíbrio entre as diferentes entidades que compõem a República brasileira.

Ao buscar a forma como a matéria discutida é tratada no texto constitucional, percebe-se que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário (artigo 24, inciso I).

Essa competência, conforme o artigo 30, incisos I e II, da Carta Magna, também é atribuída aos Municípios, pois eles podem legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Ora, é justamente isso o que a presente proposta faz: trata da redução de alíquota de um imposto municipal por prazo determinado e em situações específicas. Destarte, inexistente a chamada inconstitucionalidade formal orgânica, que incide quando um ente federativo não observa a competência de outro ente para criar normas acerca de uma matéria.

### **2.3 – DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO PARA INICIAR O PROCESSO LEGISLATIVO TRATANDO SOBRE O ASSUNTO**

O processo legislativo, segundo Pedro Lenza<sup>2</sup>, “consiste nas regras procedimentais, constitucionalmente previstas, para a elaboração das espécies normativas, regras estas a serem criteriosamente observadas pelos ‘atores’ envolvidos no processo”. O eminente doutrinador o divide em 3 fases, quais sejam: iniciativa, constitutiva e complementar.

Em relação à primeira delas, é mister explicar que existe em nosso ordenamento jurídico algumas hipóteses de deflagração do procedimento, como a geral, a concorrente, a privativa, a popular, a conjunta, a do artigo 67 da Constituição Federal e a parlamentar ou a extraparlamentar.

O que nos importa na análise que aqui se faz é a privativa. Isso, pois algumas leis só podem ter o seu processo iniciado por determinada pessoa ou órgão que não seja um parlamentar.

<sup>1</sup> Direito Administrativo Descomplicado, 29ª edição, 2021, página 815.

<sup>2</sup> Direito Constitucional Esquematizado, 25ª edição, 2021, página 909.



Em relação à propositura, percebe-se que o seu texto pretende instituir um benefício fiscal, qual seja a redução da alíquota do imposto sobre a transmissão *intervivos* a qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou a cessão física, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, e de cessão de direitos a aquisição de imóveis.

Conforme se vê, o projeto trata de matéria tributária e, nesse ponto, a Lei Orgânica do Município de Anápolis determina que compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre tal assunto (artigo 54, inciso IV).

Pois bem. Tendo em vista que a propositura foi apresentada justamente por tal autoridade, não há que se falar em inconstitucionalidade formal subjetiva em seu texto.

## **2.4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A forma escolhida, qual seja, proposta de Lei Complementar, é correta, pois a Lei Orgânica do Município de Anápolis determina que matéria concernente ao Código Tributário Municipal deve ser regulamentada por meio dessa espécie legislativa (artigo 49, parágrafo único).

Por fim, o Regimento Interno desta Casa explica que a iniciativa dos projetos de Leis Complementares cabe a qualquer Vereador, Comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Lei Orgânica do Município e serão apreciados em dois turnos de votação (artigo 97).

## **3 – CONCLUSÃO**

Ante o exposto, tendo em vista que foram observadas as disposições da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Anápolis e do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores, opina-se **FAVORAVELMENTE** à regular tramitação da proposição aqui discutida, **DESDE QUE NA FORMA DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO**.



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

Processo: 34/22.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

## **SUBSTITUTIVO**

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE ALÍQUOTA DE ITBI POR PRAZO DETERMINADO APLICÁVEL EM SITUAÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS** aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, nos termos do art. 58 da LOMA, sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** A alíquota do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos – ITBI –, prevista no artigo 136 e com fato gerador definido no artigo 127, ambos da Lei Complementar nº 136/2006, terá a sua incidência reduzida sobre a base de cálculo apurada pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 1º A alíquota do imposto será reduzida para 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) em relação aos negócios imobiliários realizados anteriormente à vigência desta Lei.

§ 2º A alíquota do imposto será reduzida para 1,00% (um por cento) em relação aos negócios imobiliários realizados após o início de vigência desta Lei.

§ 3º O período de vigência do benefício fiscal fixado no *caput* se dará a partir da data de publicação desta Lei.

**Art. 2º** A comprovação documental da transação imobiliária para aproveitamento do benefício será indispensável, sob pena de lançamento complementar sumário.



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

**Parágrafo único.** A comprovação referida no *caput* deverá ser feita por meio da apresentação do contrato de compra e venda ou da escritura pública, ambos devidamente registrados ou com a firma reconhecida em cartório.

**Art. 3º** Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a prorrogar o prazo de vigência do benefício fixado no *caput* do art. 1º desta Lei por meio de Decreto municipal.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 31 de março de 2022.

Vereador Jakson Charles  
Relator



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS**

É o parecer.

Anápolis, *31* de *março* de 2022.

Vereador(a) Relator(a)